

MEMÓRIA COLETIVA E TERRITÓRIO:

A casa como expressão *cultural vernácula*

Elisabete Reis

UNILASALLE RJ | prof.elisabete.reis@soulasalle.com.br

William Seba Mallmann Bittar

UFRJ | wsbittar@gmail.com

5° Seminário de Arquitetura Vernácula/Popular | EIXO TEMÁTICO: Projeto, Tradição e Contemporaneidade

Resumo: O artigo investiga as inter-relações entre memória coletiva, território e arquitetura vernácula, com ênfase na habitação tradicional como expressão simbólica dos modos de vida em comunidades brasileiras. Parte-se da compreensão fenomenológica da experiência habitacional, fundamentada em autores como Christian Norberg-Schulz e Maurice Halbwachs, para quem o espaço construído não é apenas um cenário, mas uma extensão existencial da memória e da identidade coletiva. A análise ancora-se na revisão bibliográfica e documental, apoiando-se também em referenciais institucionais como UNESCO e ICOMOS, para problematizar os conceitos de patrimônio cultural (material e imaterial), lugar, identidade e permanência. Consideram-se, ainda, os impactos da globalização e da padronização urbana sobre os modos vernaculares de construir e habitar, frequentemente reduzidos ou apagados em nome de modelos homogêneos de urbanidade. Ao reconhecer a casa como estrutura cultural de memória, carregada de simbolismos, práticas e afetos, o estudo assinala o papel das comunidades na preservação de seus bens culturais, reforçando a importância da valorização da própria diversidade arquitetônica e territorial, como forma de resistência simbólica e afirmação identitária.

Palavras-chave: memória coletiva; patrimônio cultural; arquitetura vernácula

COLLECTIVE MEMORY AND TERRITORY: The house as a vernacular cultural expression

Abstract: This article investigates the interrelationships between collective memory, territory and vernacular architecture, with an emphasis on traditional house as a symbolic expression of ways of life in Brazilian communities. The phenomenological understanding of the housing experience is based on authors such as Christian Norberg-Schulz and Maurice Halbwachs, for whom the built space is an existential extension of memory and collective identity. This analysis is based on a bibliographic and documentary review and institutional references from UNESCO and ICOMOS, to address the concepts of cultural heritage (tangible and intangible), place, identity and permanence. It also considers the impacts of globalization and urban standardization on vernacular modes of building and living, often reduced or erased in the name of homogeneous models of urbanity. Recognizing the house as a fundamental cultural structure of memory, loaded with symbolism, practices, and affections, the study highlights the importance of communities in preserving their cultural heritage, essential for valuing their own architectural and territorial diversity. Understanding this interrelationship between memory, territory and architecture becomes essential for the appreciation and preservation of Brazilian cultural heritage, especially in the context of traditional communities, such as quilombolas, indigenous people, riverside communities, caçaras and country people, or defining the architecture of urban communities, the slums. These buildings reveal the active role of the inhabitants themselves in managing their heritage and the importance of popular architecture for environmental, social and economic questions, highlighting the house as an involuntary space of cultural resistance and constant renewal. These architectural experiences, present since before the European occupation, can and should be reappropriated by contemporary production, acting as responsible agents to face present challenges in social, economic and environmental issues, primarily, like some proposals by Gil Borsoi, Severiano Porto, Gerson Castelo Branco or Zanine Caldas.

Keywords: collective memory; cultural heritage; vernacular architecture;

MEMORIA COLECTIVA Y TERRITORIO: La casa como expresión cultural vernácula

Resumen: Este artículo investiga las interrelaciones entre memoria colectiva, territorio y arquitectura vernácula, con énfasis en la vivienda tradicional como expresión simbólica de formas de vida en las comunidades brasileñas. Se parte de la comprensión fenomenológica de la experiencia habitacional, a partir de autores como Christian Norberg-Schulz y Maurice Halbwachs, para quienes el espacio construido es una extensión existencial de la memoria y la identidad colectiva. Este análisis se basa en una revisión bibliográfica y documental, recurriendo también a referencias institucionales. También será considerados los impactos de la globalización y la estandarización urbana en los modos de construcción y vivienda vernáculos, reducidos o suprimidos en nombre de modelos homogéneos de urbanidad. Al reconocer la casa como una estructura cultural fundamental de la memoria, cargada de simbolismo, prácticas y afectos, el estudio resalta la importancia de las comunidades en la preservación de sus bienes culturales, esenciales para valorar su propia diversidad arquitectónica y territorial. Entender esta interrelación entre memoria, territorio y arquitectura se vuelve esencial para la valorización y preservación del patrimonio cultural brasileño, especialmente en el contexto de las comunidades tradicionales, como los quilombolas, los indígenas, las comunidades ribereñas, los caçaras y los sertanejos, o incluso en la definición de la arquitectura de las comunidades urbanas, las favelas. Estos edificios revelan el papel activo de los propios habitantes en la gestión de su patrimonio y la importancia de la arquitectura popular para cuestiones ambientales, sociales y económicas, enfatizando la casa como un espacio involuntario de resistencia cultural y renovación constante. Estas prácticas arquitectónicas, presentes desde antes de la ocupación europea, pueden y deben ser reapropiadas por la producción contemporánea, actuando como agentes responsables para enfrentar los desafíos presentes en las cuestiones sociales, económicas y, principalmente, ambientales, como revelan algunas propuestas de Gil Borsoi, Severiano Porto, Gerson Castelo Branco o Zanine Caldas.

Palabras clave: memoria colectiva; patrimonio cultural; arquitectura vernácula;

INTRODUÇÃO

“A cidade é feita das relações entre as medidas de seu espaço e dos acontecimentos do passado”

As Cidades e a Memória, Zaíra.

Ítalo Calvino

A arquitetura popular é um reflexo latente das culturas, memórias e relações que as comunidades estabelecem entre si e com seus territórios. A casa, como espaço material e simbólico, representa a expressão máxima da memória coletiva e pertencimento a um lugar. A compreensão dessa inter-relação entre memória, território e arquitetura torna-se fundamental para a valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, especialmente no contexto das comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos e sertanejos.

Este artigo aborda os conceitos centrais de memória coletiva, patrimônio cultural e arquitetura vernácula, contextualizando sua importância social e cultural. Discute as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio, conforme orientações da UNESCO e do ICOMOS, e os impactos da globalização e da padronização urbana nos modos tradicionais de construir. Por fim, destaca o possível papel ativo das comunidades na gestão de seus patrimônios e a importância da arquitetura popular para as questões ambientais, sociais e econômicas, enfatizando a casa como um espaço involuntário de resistência cultural e renovação constante.

3

A memória coletiva, entendida como uma construção social dinâmica e viva, desempenha papel crucial na compreensão do valor simbólico da arquitetura popular. Segundo Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno social, compartilhado e construído coletivamente, que confere sentido e identidade a grupos humanos. Nesse contexto, as casas, os quintais, os terreiros e outros espaços comunitários transcendem sua função física e se configuram como registros materiais das práticas culturais, dos rituais e das relações afetivas estabelecidas nas comunidades.

Para compreender a importância dessa temática, é necessário definir conceitos-chave. A memória coletiva refere-se ao conjunto de lembranças, experiências e práticas compartilhadas por um grupo social, que orientam sua identidade e percepção do mundo (HALBWACHS, 1990). Já o patrimônio cultural engloba os bens materiais e imateriais que constituem a herança cultural de um povo, nem sempre protegidos, para garantir sua transmissão às futuras gerações (UNESCO, 2003). A arquitetura vernácula, por sua

vez, é compreendida como o conjunto de construções realizadas pelas próprias comunidades, utilizando materiais locais e técnicas tradicionais que refletem seu modo de vida e relação com o meio ambiente (ICOMOS, 1999).

Em comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas e sertanejos, a arquitetura popular está intimamente ligada à cosmovisão desses grupos e às suas formas específicas de relação e pertencimento ao território (SANTOS, 2007; ANDRADE, 2015). Para esses povos, a casa é, principalmente, abrigo. Habitado, se torna espaço de sociabilidade e transmissão de saberes que dialogam com o meio ambiente e os ciclos naturais. Nesse sentido, os lugares são portadores de significado, que transcendem sua função física. O "genius loci" (espírito do lugar) é a qualidade essencial que dá identidade e sentido a um espaço, sendo fruto da interação entre a natureza e a cultura acumulada pela comunidade. Esse conceito está ligado à memória coletiva porque o lugar guarda as experiências, tradições e valores compartilhados por uma sociedade ao longo do tempo (NORBERG-SCHULZ, 1980).

O patrimônio cultural deve ser compreendido em variáveis dimensões: a tangível, representada pelos objetos, edificações e paisagens físicas, e a intangível, que inclui as manifestações, rituais, saberes e tradições associados a esses bens (UNESCO, 2003). A Carta do ICOMOS sobre Patrimônio Vernáculo destaca que a preservação da arquitetura popular exige o reconhecimento desse vínculo indissociável entre o objeto material e as expressões culturais que lhe dão significado. Conforme afirmam os especialistas do ICOMOS (1999), "o patrimônio vernacular deve ser reconhecido não somente como um recurso para o estudo do passado, mas também como um componente vital dos modos de vida contemporâneos e das identidades culturais locais" (ICOMOS, 1999, p. 3).

Entretanto, os modos tradicionais de construir e habitar são substituídos pela padronização urbana e pela globalização, processos que impõem modelos industriais e mercantilizados, muitas vezes incompatíveis com as especificidades culturais e ambientais das comunidades locais (GUIMARÃES, 2019). Essa homogeneização espacial ameaça não apenas a diversidade arquitetônica, mas também os saberes e práticas sociais ancestrais.

Nesse sentido, a memória coletiva se apresenta como um processo vivo e dinâmico, nem sempre capaz de resistir e se adaptar às transformações contemporâneas, reafirmando identidades e fortalecendo vínculos comunitários (CANCLINI, 1995). A preservação da arquitetura vernácula, portanto, não deve ser uma ação isolada de conservação física, mas um compromisso com a continuidade das práticas culturais e sociais que a sustentam.

A importância do protagonismo das comunidades locais na gestão do seu patrimônio cultural é fundamental para garantir que as intervenções respeitem seus valores e necessidades. O envolvimento direto dos grupos assegura que as decisões sejam orientadas por suas perspectivas, contribuindo para a legitimidade e efetividade das ações de preservação (ANDRADE, 2015).

Além das dimensões culturais, a arquitetura vernácula incorpora também aspectos ambientais, sociais e econômicos que merecem destaque. Ambientalmente, o uso de materiais locais e técnicas tradicionais geralmente resulta em construções sustentáveis, adaptadas ao clima e à disponibilidade de recursos naturais. Socialmente, os processos colaborativos de construção, como o mutirão, promovem a coesão comunitária e a solidariedade. Economicamente, a valorização da arquitetura popular pode impulsionar e fortalecer economias locais, desde que geridas de forma inclusiva e respeitosa (SILVA, 2018; GUIMARÃES, 2019).

Assim, preservar a arquitetura vernácula não se restringe à conservação dos elementos físicos, como fundações, paredes, coberturas e acabamentos. Trata-se também de reconhecer e valorizar as práticas sociais, culturais e técnicas que dão significado a esses espaços, como o mutirão coletivo para construção, a oralidade na transmissão dos saberes, o uso de materiais locais como barro, palha e madeira, dentre outros. Essas memórias materiais e imateriais são constantemente atualizadas pelas próprias comunidades, constituindo uma forma de resistência à padronização imposta pelos modelos habitacionais industriais e pela lógica mercantil do espaço urbano.

Dessa maneira, a casa como expressão cultural materializa a memória coletiva e fortalece os vínculos comunitários, revelando a importância da preservação integrada dos patrimônios tangível e intangível para a valorização da diversidade cultural e

territorial brasileira. Como reforça o ICOMOS, a salvaguarda desses patrimônios deve garantir "a perpetuação dos modos tradicionais de vida e dos valores culturais que lhes conferem significado" (ICOMOS, 1999), contribuindo para a afirmação da identidade e para o direito ao território das comunidades tradicionais.

A MEMÓRIA COLETIVA COMO PROCESSO SOCIAL E CULTURAL

A memória coletiva é compreendida como um processo dinâmico, que não se reduz à lembrança individual, mas emerge das práticas compartilhadas, das narrativas comunitárias e das relações que os grupos estabelecem com seus territórios e espaços de vida. Associa-se, portanto, a uma construção social contínua que reconfigura o passado e o presente segundo necessidades e significados atuais. No contexto da arquitetura vernácula, as casas, jardins, quintais, espaços públicos e técnicas construtivas são portadoras de memória coletiva, manifestando modos de vida, saberes e relações sociais específicas (HALBWACHS, 1990; ASSMANN, 2001).

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ARENA DE DISPUTAS SIMBÓLICAS

Segundo Canclini (2015), o patrimônio cultural é também um campo de tensões e disputas entre diferentes agentes sociais, com diferentes interesses e visões sobre o que deve ser valorizado, preservado e transmitido. O patrimônio não é apenas um dado fixo ou naturalizado, mas construído socialmente, fruto de processos históricos e políticos que envolvem reconhecimento, exclusão e legitimidade. Essa perspectiva problematiza as hierarquias culturais que historicamente relegaram a arquitetura vernácula a uma posição de subalternidade, por decisões tomadas por elites dominantes, definindo padrões específicos segundo suas próprias visões de mundo.

IPHAN E A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1937, é a principal instituição federal responsável pela proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro, ainda que mantenha sua denominação original (Histórico e Artístico). Originalmente destinado à preservação de bens materiais e monumentais, emitindo listagens segregadoras de bens a proteger, o IPHAN expandiu sua atuação ao reconhecer, desde o Decreto nº 3.551, de 2000, a importância do patrimônio cultural de natureza imaterial, que abrange práticas, saberes e manifestações culturais intangíveis.

Conforme exposto pelo IPHAN (2000), “a salvaguarda do patrimônio imaterial visa garantir a continuidade dos saberes, das práticas sociais, dos rituais, dos ofícios e das expressões culturais que se manifestam no cotidiano das comunidades”. Este posicionamento institucional reforça a necessidade de compreender a produção da arquitetura vernácula como um patrimônio vivo, que incorpora técnicas tradicionais, formas de organização social e relações simbólicas com o território.

Além disso, o IPHAN promove programas específicos voltados à documentação, valorização e proteção da arquitetura popular, tais como o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que contribuem para a inclusão desses bens na agenda pública de preservação, promovendo uma gestão participativa junto às comunidades (IPHAN, 2010).

AS CARTAS PATRIMONIAIS DO ICOMOS E A ARQUITETURA VERNÁCULA

A Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado (ICOMOS, 1999) é um documento fundamental que reconhece a arquitetura popular como uma expressão legítima e autêntica de modos de vida e culturas ligadas ao território. A carta destaca que a preservação da arquitetura vernácula deve abranger não só o aspecto físico das construções, mas também as práticas sociais e culturais que lhes dão sentido, recomendando a participação ativa das comunidades na gestão do patrimônio.

A recente Carta e Guia Internacional do ICOMOS sobre Sítios com Patrimônio Cultural Imaterial (2024) reforça a necessidade de uma abordagem integrada e participativa, incluindo o reconhecimento das práticas culturais imateriais associadas ao patrimônio edificado, fundamental para a salvaguarda da arquitetura vernácula.

MARGINALIZAÇÃO DA ARQUITETURA POPULAR

A historiografia e a política patrimonial brasileiras têm tradicionalmente privilegiado os monumentos, edifícios oficiais e projetos arquitetônicos consagrados academicamente. A arquitetura vernácula, por sua vez, foi frequentemente classificada como precária ou efêmera, gerando sua invisibilidade e exclusão do campo patrimonial oficial.

Essa marginalização é sintoma de um modelo de preservação eurocêntrico e elitista, que subestima saberes locais e modos populares de habitar. Segundo o IPHAN (2010), a “apropriação cultural e histórica do patrimônio deve ser democrática, contemplando a diversidade dos grupos sociais e a multiplicidade das expressões culturais”, ressaltando a necessidade de revisão dos critérios tradicionais de valoração patrimonial.

MEMÓRIA E SABERES EM DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO

A arquitetura vernácula se caracteriza pelo uso de materiais naturais, técnicas adaptativas e modos de construção transmitidos por gerações, integrados a práticas comunitárias como o mutirão. Estes saberes incorporam aspectos funcionais e construtivos, mas também a dimensão simbólica e relacional, expressando cosmovisões e modos de pertencimento que configuram a memória coletiva das comunidades, mesmo que involuntariamente.

O IPHAN (2008) destaca que “a preservação do patrimônio vernacular exige a valorização dos processos culturais, além do reconhecimento das edificações, garantindo a continuidade dos saberes tradicionais e das práticas sociais vinculadas ao território”.

Um relevante exemplo da apropriação de elementos locais para definição de um modelo arquitetônico foi apresentado pelo arquiteto Paulo T. Barreto (1938) em seu estudo sobre a arquitetura rural do Piauí.¹

As casas rurais levantadas pelo autor se apropriam dos materiais presentes na região, como o barro, o couro e a carnaúba, responsáveis pela construção das edificações. O clima predominantemente árido, com grande reflexão solar e baixo índice pluviométrico, define a amplitude dos grandes telhados de barro, profundas varandas que produzem a sombra benfazeja além da ventilação cruzada se apropriando dos ventos dominantes. Trata-se de um notável conjunto de edificações, muitas delas construídas ao longo do século XIX, que atestam o potencial de uma arquitetura vernácula sem o conhecimento considerado erudito. Ainda assim, eficiente em seus aspectos tectônicos, climáticos e culturais.

¹ BARRETO, Paulo T. O Piauí e sua arquitetura *in* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. p. 187.

Figura 1



Fazenda da Chapada, Piauí

<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/03/22/fotos-das-fazendas-do-piaui/>

Alguns arquitetos, originários do ambiente acadêmico tradicional, incorporaram, através da pesquisa local e, principalmente, da vivência, alguns saberes relacionados com suas populações e seus territórios.

9

Gil Borsoi, cuja obra em Pernambuco valoriza os elementos climáticos e materiais locais, resgatando técnicas construtivas tradicionais do semiárido nordestino. Severiano Porto, atuando na Amazônia, incorporou práticas indígenas e materiais regionais como a madeira e o barro em projetos que respeitam o ciclo das águas e a vegetação nativa.

Gerson Castelo Branco, no Piauí, reinterpretoa a palha, o adobe e o telhado de duas águas como elementos simbólicos e funcionais da cultura sertaneja. Zanine Caldas destacou-se pelo uso de madeiras recicladas e pelo diálogo com a carpintaria tradicional brasileira, especialmente nas casas construídas em áreas litorâneas do Sudeste.

Muitas dessas práticas arquitetônicas, presentes desde antes da ocupação europeia, podem e devem ser reapropriadas pela produção contemporânea. Ao integrar saberes locais com soluções de projeto sensíveis ao lugar, esses arquitetos exemplificam a possibilidade de uma arquitetura sustentável e identitária. Compreender as conexões

entre memória, território e arquitetura é, assim, essencial para a valorização e preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

O projeto Cajueiro Seco, desenvolvido no início da década de 1960 pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, na Bahia, apresenta uma proposta que integra técnicas construtivas tradicionais com princípios associados à arquitetura moderna. O conjunto emprega a taipa de mão como sistema construtivo, recurso amplamente utilizado em áreas rurais do Nordeste brasileiro. A iniciativa buscou adaptar esse método vernacular a soluções modulares e pré-fabricadas, mantendo as características fundamentais do sistema original.

Do ponto de vista tipológico, as habitações foram concebidas com plantas simples e expansíveis, respeitando os princípios da habitabilidade incremental, presentes nas formas espontâneas de urbanização. Tal flexibilidade permite que a unidade residencial acompanhe o crescimento da família, adaptando-se ao tempo e ao uso, sem comprometer a coerência do conjunto (LIMA et al., 2022).

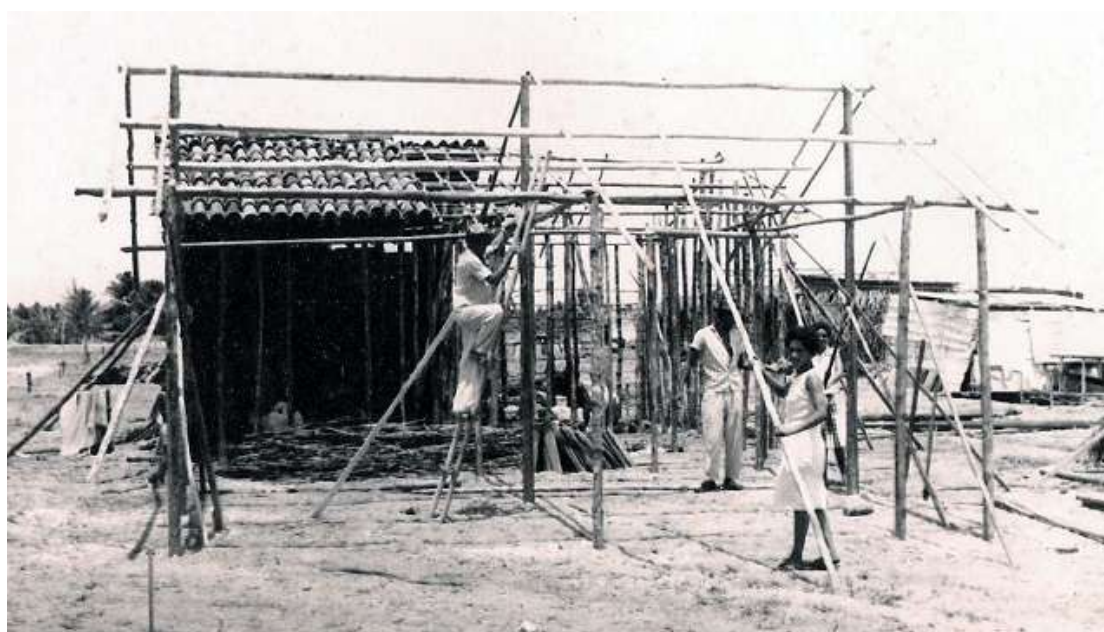
Em termos ambientais e técnicos, o emprego da terra como principal elemento construtivo oferece vantagens térmicas significativas: a massa térmica da taipa atua como regulador natural de temperatura, contribuindo para o conforto ambiental passivo em clima quente e úmido. A modulação dos painéis e o uso de aberturas adequadas complementam essa estratégia, garantindo ventilação cruzada e iluminação natural eficientes (SIANI; BITTENCOURT, 2022).

O projeto também propõe uma organização urbana sensível à escala humana e à estrutura comunitária, com arranjos em pequenas quadras, áreas comuns e equipamentos coletivos. Essa lógica urbana aproxima-se das premissas do urbanismo moderno tropicalista, mas é reinterpretada à luz do cotidiano popular e das práticas espaciais locais (BIS, 2009).

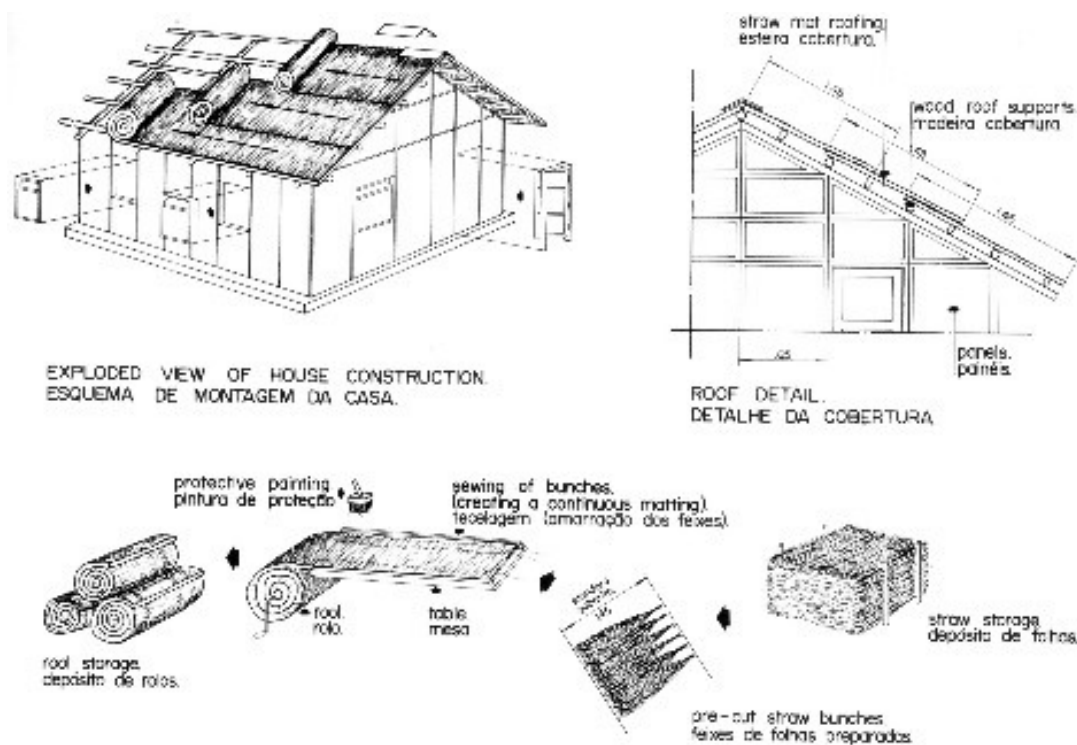
Em síntese, Cajueiro Seco pode ser compreendido como uma expressão técnica refinada da arquitetura popular, reinterpretada à luz dos princípios modernos de composição, funcionalidade e racionalização construtiva. Uma arquitetura socialmente apropriada e culturalmente situada, um exemplo singular de como a arquitetura pode

atuar como mediação entre tradição e inovação, sem renunciar o caráter simbólico, material e climático do território. Um projeto no qual a tradição construtiva não é apenas resgatada, mas transformada em sistema, adaptado à cidade e aos desafios de habitação digna e sustentável.

Figura 2



11



Projeto Cajueiro Seco, Gil Borsoi

<https://acaciogilborsoi.com.br/projetos-sociais/cajueiro-seco/>

A obra de Gerson Castelo Branco, artista plástico e arquiteto autodidata do Piauí, representa outra consistente manifestação da arquitetura brasileira que dialoga com o vernáculo, não apenas como repertório estético ou simbólico, mas como fundamento técnico, cultural e ambiental. Sua produção busca estabelecer pontes entre saberes tradicionais do habitar, sobretudo no Nordeste, e a linguagem arquitetônica moderna, ancorando-se em materiais locais, estratégias de conforto climático passivo e integração sensível ao território (BIS, 2009; LIMA et al., 2009).

Um exemplo paradigmático dessa abordagem pode ser observado na Casa da Pedra do Sal, construída na Ilha de Santa Isabel, no litoral do Piauí. A residência é implantada sobre um maciço rochoso, valendo-se de materiais vernaculares como troncos de carnaúba, talos de babaçu e pedras do entorno, dispostos com precisão tectônica e composição formal refinada (SIANI; BITTENCOURT, 2022). O projeto incorpora estratégias de ventilação cruzada e controle da insolação, articulando a lógica do abrigo litorâneo tradicional com soluções espaciais amplas, abertas ao entorno, mas protegidas por brises naturais e coberturas projetadas com geometria inspirada em formas naturais e populares. A estrutura da cobertura, por exemplo, remete tanto ao gesto artesanal do origami quanto às formas orgânicas de estrelas-do-mar e artefatos de pescadores, revelando um processo projetual que não recorre à citação direta do original, mas à sua sublimação formal e técnica (BIS, 2009).

Outro projeto relevante é o conjunto residencial conhecido como Paraqueira in Natura, localizado em Viçosa, no Ceará. Trata-se de uma edificação de caráter eminentemente experimental e orgânico, cuja construção não partiu de planta rígida, mas de um processo de crescimento progressivo, em etapas sucessivas, conforme as necessidades de uso se manifestavam (LIMA et al., 2022). Esse tipo de construção, que se desenvolve de modo adaptativo e acumulativo, é característica central da arquitetura vernacular, especialmente nas periferias urbanas ou nos assentamentos rurais brasileiros. Contudo, ao contrário da informalidade técnica, Gerson Castelo Branco reinterpreta essa lógica a partir de um controle rigoroso da composição espacial, da escolha dos materiais e da adequação ao sítio. A estrutura, feita de madeira local e pedra da região, confere leveza visual e permeabilidade ambiental, maximizando o uso

da luz natural, da ventilação e do contato visual com a mata nativa, sem prescindir da solidez construtiva e do refinamento compositivo (SIANI; BITTENCOURT, 2022).

Em síntese, a produção de Gerson Castelo Branco pode ser compreendida como um exercício de reinterpretação técnica e poética da arquitetura vernácula, no qual os modos de construir e habitar do povo se convertem em fundamento operativo para a concepção contemporânea. Seus projetos não se limitam a celebrar o regionalismo com estilo, mas constroem um discurso arquitetônico enraizado no território, na cultura construtiva local e na ecologia ambiental do Nordeste. Ao integrar o saber popular ao projeto moderno com rigor técnico, sensibilidade climática e expressividade formal, Gerson demonstra como a arquitetura vernácula pode se constituir não como herança passiva, mas como instrumento ativo de inovação, permanência e identidade (BIS, 2009; LIMA et al., 2022; SIANI; BITTENCOURT, 2022).

Figura 3



Casa Pedra do Sal

<https://www.archdaily.com.br/br/943658/paraqueiras-a-arquitetura-de-gerson-castelo-branco/5f1848c6b35765a5ed000133-paraqueiras-a-arquitetura-de-gerson-castelo-branco-imagem>

A obra de Severiano Mario Porto é outro exemplo notável da integração entre arquitetura e saberes construtivos vernáculos no Brasil. Atuando, sobretudo, na região amazônica

a partir da década de 1970, Porto propôs uma arquitetura enraizada no contexto climático, social e material da floresta, mas sem abrir mão da racionalidade técnica e dos princípios da composição moderna. A aproximação com a arquitetura vernácula não se dá pela mimese formal, mas pelo reconhecimento das soluções construtivas tradicionais como sistemas eficientes e culturalmente pertinentes, condição que compreende o vernacular como estatuto de ferramenta projetual.

Na pousada Guanavenas, localizada na Ilha de Silves (1979–1983), Porto opera uma síntese entre racionalidade estrutural e adaptação ao sítio fluvial. A pousada se organiza em unidades isoladas conectadas por passarelas elevadas, uma solução que se apropria da lógica palafítica das construções ribeirinhas. A estrutura principal em madeira de lei trabalhada com domínio técnico, sustenta coberturas inclinadas revestidas por cavacos, que garantem leveza visual e conforto térmico. A composição horizontal dos blocos sob uma cobertura contínua, estende a sombra e abriga as circulações, criando uma ambiência espacial onde a transição entre exterior e interior é diluída, em ressonância com o modo de vida amazônico. A modulação do conjunto e sua implantação fragmentada em torno de um eixo central se aproximam da lógica das malocas indígenas, reinterpretadas através de linguagem moderna e controle formal preciso (CAMPOS, 2003).

14

O Centro de proteção Ambiental da Balbina (1983) também no Amazonas, expande esse repertório com um partido arquitetônico que articula a leveza da madeira a uma organização tipológica de pavilhões autônomos conectados por passarelas suspensas. As coberturas inclinadas e ventiladas, projetadas com grande balanço, protegem as fachadas da insolação direta e das chuvas tropicais. As fachadas são permeáveis, favorecendo ventilação cruzada e iluminação difusa, enquanto os sistemas construtivos expostos reforçam a tectônica do projeto. Aqui, o gesto arquitetônico dialoga com o tempo e a matéria da floresta, com uma arquitetura que se inscreve na paisagem sem domesticá-la. O projeto de Balbina se alinha às premissas do bioclimatismo antes mesmo de sua institucionalização no discurso arquitetônico contemporâneo, evidenciando o caráter experimental e pioneiro da obra de Porto (DE SOUZA et al., 2017).

Porto constrói uma poética da leveza e da permeabilidade, onde a tectônica da madeira em seus projetos opera a partir da compreensão profunda do clima amazônico, da

cultura construtiva local e da função simbólica da arquitetura como interface entre natureza e cultura. O vernacular, em sua obra, não é citação, mas fundamento: informa o partido arquitetônico, a escolha de materiais, a técnica construtiva e a espacialidade. Trata-se de uma arquitetura de escuta do lugar, do clima e das práticas sociais, que se manifesta em soluções formais ricas, precisas e profundamente contemporâneas.

Figura 4



Centro de Proteção Ambiental de Balbina

<https://www.archdaily.com.br/br/887401/guia-de-arquitetura-da-regiao-norte-do-brasil/5a61ff11f197cc686c000145-guia-de-arquitetura-da-regiao-norte-do-brasil-imagem>

15

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PROTAGONISMO NA PATRIMONIALIZAÇÃO

O avanço na proteção da arquitetura vernácula depende da participação ativa das comunidades detentoras dos saberes e modos de vida. O IPHAN, em suas diretrizes para salvaguarda do patrimônio imaterial, enfatiza a gestão participativa, que possibilita às comunidades serem protagonistas na definição das políticas, nos processos de inventário e nas ações de conservação (IPHAN, 2010).

Esse modelo inclusivo está em consonância com as recomendações do ICOMOS, que aponta para a necessidade de maior valorização das comunidades locais como condição para a sustentabilidade das ações patrimoniais e para o fortalecimento da identidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão apresentada, fica evidente que a memória coletiva e a arquitetura vernácula são pilares fundamentais para a manutenção das identidades culturais e das relações comunitárias com o território. A preservação desses patrimônios não pode ser reduzida à mera conservação física, mas deve englobar um olhar amplo e integrado que valorize também as práticas sociais, técnicas e simbólicas que sustentam esses espaços.

É imprescindível que as políticas públicas e ações de preservação cultural promovam o protagonismo das comunidades tradicionais, respeitando seus modos de vida e saberes ancestrais. Só assim será possível enfrentar os desafios impostos pela globalização e pela padronização urbana, assegurando a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável desses territórios.

A preservação da arquitetura vernácula não se limita apenas ao seu caráter historicista. Seu estudo e apreensão se constituem em campo fértil e um recurso vivo e dinâmico, capaz de oferecer respostas sustentáveis às demandas ambientais, sociais e econômicas contemporâneas, consolidando a casa como verdadeira expressão cultural se memória coletiva em constante renovação.

A compreensão desta arquitetura pode atuar como uma matriz projetual auxiliar, respondendo com eficiência aos desafios socioambientais contemporâneos, promovendo o conforto térmico passivo e a flexibilidade espacial. O repertório de técnicas e materiais locais reafirma o papel da arquitetura como mediadora entre o homem e seu entorno, proporcionando alternativas que se distanciam da padronização e homogeneização urbana impostas pelo fenômeno impessoal da globalização.

Suas manifestações dialogam profunda e sensivelmente com o território, o clima e as práticas culturais locais. O estudo da obra de alguns arquitetos contemporâneos, como Acacio Gil Borsoi, Gerson Castelo Branco e Severiano Mario Porto, evidencia que a apropriação consciente dos saberes construtivos tradicionais, integrada a uma análise crítica dos princípios da modernidade, resulta em edificações que se apresentam, simultaneamente, sustentáveis, sensíveis, identitárias e contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. **Arquitetura vernácula e patrimônio cultural: um olhar sobre as comunidades tradicionais**. Revista Brasileira de Patrimônio Cultural, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2015.

BARRETO, Paulo T. **O Piauí e sua arquitetura** in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

BIS, Diego. **Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960–1964)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistaaurora/ed8_v_maio_2010/artigos/ed/9_artigo.htm> Acesso em: 23 jul. 2025.

CAMPOS, Elizabete Rodrigues de. **A arquitetura brasileira de Severiano Mario Porto**. Arquitectos, ano 3, n. 043. São Paulo: Vitruvius, 2003. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.043/859>. Acesso em: ago. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1995.

DE SOUZA, Ana Flavia Lobato; FERNANDES, Jamili Maia; COSTA, Tainah Dantas da; BARBOSA, Luana Sibeli. **Severiano Porto, arquitetura vernácula e inovação**. In: Anais do 2º Congresso Nacional de Arquitetura e Urbanismo - UNAMA. Belém, 2017.

GUIMARÃES, Ana Luiza. **Resistência cultural e arquitetura vernácula: desafios contemporâneos**. Revista de Estudos Culturais, v. 15, n. 2, p. 120-135, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ICOMOS. **Carta do ICOMOS sobre Patrimônio Vernáculo**. 1999. Disponível em: <https://www.icomos.org>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LIMA, Mayara Christy Tavares de et al. **Sustainable development and architectural innovation: lessons from the Cajueiro Seco housing project in Recife**. Lifestyle Journal, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 60–75, 2022. Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/LifestyleJournal/article/view/1728>> Acesso em: 23 jul. 2025.

NEVES, Letícia de Oliveira. **Arquitetura Bioclimática e a obra de Severiano Mario Porto: estratégias de ventilação natural**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

NORBERG-SCHULZ, C. (1980). **Genius loci: Towards a phenomenology of architecture**. New York, NY: Rizzoli.

SIANI, Sérgio Ricardo; BITTENCOURT, Josias Jacintho. **Arquitetura e inovação social: a técnica vernacular como recurso sustentável na periferia**. In: LIMA, M. C. T. et al. **Arquitetura sustentável no Brasil: experiências e desafios**. São Paulo: UNASP, 2022.

18

SILVA, José Roberto. **Memória e materialidade: práticas construtivas nas comunidades rurais**. Cadernos de Arquitetura Popular, v. 7, n. 1, p. 80-95, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org>. Acesso em: 19 jul. 2025.